



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	25. SET. 1970
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			



## MUDANÇA DE MENTALIDADE PARA GOVERNAR O PAÍS

Das dificuldades de governar em Portugal vai Maria de Lurdes Pintasilgo dando púlpito política. Estas quintas feiras dedicadas a ver o «País que somos» sob aspectos positivos. Dê-se bola branca ao estilo de Maria de Lurdes Pintasilgo nos contactos, nas reuniões. Louve-se a informalidade. Mas se não merece bola preta, suscita reserva que um «Governo de 100 dias», chefiado por quem aberta e corajosamente reconhece que a máquina burocrática central está perra, viaje na periferia quando é no centro que o mal deverá ser atacado. É o centro que carece de uma grandíssima e reverendíssima reforma.

Claro que as digressões na periferia quando revestem o aspecto de inspecções e de visitas de trabalho proporcionam experiência e permitem a conclusão reconfortante: «As pessoas não têm apenas reivindicações a fazer, mas têm, também, sugestões da maneira como isso podia ser feito».

E foi assim após o 25 de Abril de 1974. Em inúmeros casos as populações não se limitaram a apresentar reivindicações, solicitaram meios e poderes, tomaram iniciativas, avançaram soluções. Mas a desconfiança do «poder central» e a hostilidade das estruturas burocráticas, precederam as «recuperações» e o «restauracionismo». O centro, burocrático e político, é cioso das atribuições que a lei velha lhe confere e lento na aplicação da legalidade nova.

Falando ao «Jornal de Notícias», do Porto, da situação do «sector empresarial do Estado», Maria de Lurdes Pintasilgo reconheceu: «O que nós temos em Portugal, em muitos sectores, e este não é distinto do que acabámos de falar, é que possuímos as leis e não as colocamos em prática». Neste, como noutros sectores — no entender do Primeiro-Ministro —, não serão necessárias «medidas radicais completamente ao arrepio das leis existentes», mas «apenas fazer funcionar as leis».

Grandes palavras: «fazer funcionar as leis». Mas — perguntamo-nos — quais leis? Leis posteriores ao 25 de Abril? Leis anteriores?

A velha legislação é um colete de forças. Sob múltiplos aspectos autoriza a lentidão burocrática, as exigências paralisantes, as rotinas. Modificar a sociedade portuguesa, acelerar a sua inevitável transformação, o «atualização» bloqueado durante décadas, implica uma reforma da mentalidade dos cidadãos e dos burocratas e implica uma revolução legislativa que excede largamente a capacidade e a competência legiferante de um Governo a prazo.

Mas revolução legislativa que exige um Mouzinho da Silveira, e um apoio franco e forte à acção de um Mouzinho da Silveira, revolução legislativa que se não compadece com clientelismos e compromissos.

Talvez seja essa a verdadeira força do Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo: não ter nascido de compromissos, não estar a pautar-se pelas reacções do eleitorado, não ter instru-

mentos próprios para tirar partido das «eleições intercalares».

Não diremos que o Governo, de missão ou de serviço, como à falta de melhor designação foi qualificado, seja um Governo sem política ou acima da política. Um certo activismo pragmático e as conhecidas limitações temporais que condicionam a actuação governativa nem sempre se combinarão sem levantar suspeitas políticas. Os «políticos» são desconfiados, atreitos a reservarem-se espaços e funções.

Não poderá este Governo levar a cabo a revolução cultural e legislativa. Essa é uma tarefa de tempo e de fôlego. Mas se queremos cumprir Abril teremos que a realizar. Adiar a revolução cultural e legislativa é adiar o «País novo», é consentir que persista — e não só nas estruturas burocráticas do Estado como factor de bloqueamento — a mentalidade da velha «ordem», a mentalidade da «ordem nacional corporativa».

São 48 anos de história colectiva que pesam na nossa «tradição», na política do viver quotidiano dos portugueses. A ruptura do sistema político e até as transformações sociais não produzem efeitos imediatos no domínio das mentalidades, das mentalidades individuais e da mentalidade social. Não será preciso, para nos defendermos com uma autoridade, citar o historiador Labrousse.

Não estamos perante uma situação que a força de vontade, a generosidade das intenções, a humildade ante os problemas, a iniciativa de uma equipa entusiasta, possa enfrentar e vencer. As dificuldades são muitas e teimosas. As mudanças que urge realizar são de uma natureza radical. São mudanças de raiz.

Descentralizar, desburocratizar, modernizar. E, principalmente, não confundir descentralização com a criação de estruturas intermédias delegadas do «poder central»; não confundir modernização com a criação de novas estruturas tecnocráticas de burocratas de tecnocracia.

A expressão: «organizar a resposta institucional do Estado às carências das populações» deverá ser aprofundada. Clarificada, talvez. A «resposta institucional» deverá ser concretizada numa perspectiva antiburocrática, descentralizadora, participativa. O que importa é que as populações controlem estruturas e instituições, que disponham de meios e de quadros técnicos. Mas atenção. Nada de estruturas tecnocráticas e paternalistas. A técnica serve a política, não a comanda.

E, por outro lado, a região — a «região administrativa» ou a «região plano» — terão que integrar-se no planeamento do desenvolvimento nacional, terão que subordinar-se a uma economia global, terão que vincular-se a uma distribuição racional dos meios. Dos portos aos hospitais, dos parques de máquinas às escolas de nível universitário, este Portugal precisa de ser apetrechado com critério e com o rigor de não desperdiçar meios: financeiros, tecnológicos, humanos. As «universidades» não poderão ser presentes políticos a capitais de distrito, as máquinas não deverão envelhecer física e tecnologicamente antes de terem rendido o que custaram. A economia deste País não suporta uma governação demagógica, clientelista, de favores pessoais e regionais.

Nesta batalha para modernizar Portugal — as estruturas, as mentalidades — definiremos a «esquerda» como «o conjunto de forças que baseiam a sua facies política na convicção de que a mudança é possível e que há sempre caminhos novos para a mudança». Estas palavras são de Maria de Lurdes Pintasilgo. E acrescentou: «Ora nem sempre a Esquerda tem essa novidade.»

Não podemos dizer que não tenha razão. Essa é, contudo, a função histórica e sociológica da Esquerda: ser a força de mudança, ser a corrente social de modernização.